

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CAMPUS CAÇADOR**

ANA CAROLINE DOCIATTI SILVA

**O ABANDONO AFETIVO NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEUS REFLEXOS NA
VIDA ADULTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

**CAÇADOR
2016**

ANA CAROLINE DOCIATTI SILVA

**O ABANDONO AFETIVO NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEUS REFLEXOS NA
VIDA ADULTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para o título
de Bacharel, do Curso de Psicologia,
ministrado pela Universidade Alto Vale do
Rio do Peixe – UNIARP, sob orientação
da professora Ana Claudia Lawless, M.Sc.

**CAÇADOR
2016**

**O ABANDONO AFETIVO NA PRIMEIRA INFÂNCIA E SEUS REFLEXOS NA
VIDA ADULTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

ANA CAROLINE DOCIATTI SILVA

Este trabalho de conclusão de curso foi submetido ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para a obtenção do Título de:

Bacharela em Psicologia

E aprovada na sua versão final em ___ / ___ / ___, atendendo às normas da legislação vigente da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe e Coordenação do Curso de Psicologia.

Ana Claudia Lawless, M.Sc.

BANCA EXAMINADORA:

Ana Claudia Lawless, M.Sc.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, que nunca me deixou desistir, a minha mãe e meu irmão que sempre estiveram do meu lado, ao meu marido que sempre me apoiou em todas as decisões, as minhas colegas de faculdade e minha orientadora que sempre me ajudou.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa minha caminhada, muitas foram às dificuldades que encontrei, mas que com a ajuda de todos consegui aqui alcançar o meu objetivo final. Ao fim de todos esses obstáculos estou aqui para agradecer a todos aqueles que sempre estiveram do meu lado e em nenhum momento desistiram junto comigo do meu sonho.

Agradeço primeiramente a Deus, que sempre esteve comigo, me dando força para trilhar o meu caminho, que sempre me iluminou em todos os momentos, principalmente nos momentos difíceis, que muitas vezes pensamos ate em desistir.

Agradeço a minha mãe e o meu irmão, que sempre estiveram do meu lado me dando força, e nunca deixando eu desistir dos meus sonhos, me apoiando sempre em todas as minhas decisões.

Ao meu marido, que sempre esteve do meu lado, entendendo a minha ausência muitas vezes. Ajudando e apoiando no meu crescimento.

As minhas colegas que sempre estiveram do meu lado nessa caminhada.

E claro a minha orientadora, que nunca desistiu e sempre me apoiou, obrigada pela sua força e dedicação em todos os momentos.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar, porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é decidir.
(Cora Carolina).

RESUMO

Este estudo apresenta um breve histórico e conceitos gerais sobre o abandono afetivo na primeira infância, bem como, os reflexos deste abandono na vida adulta. O objetivo geral foi estudar o abandono afetivo na primeira infância e seus reflexos na vida adulta. E, como objetivos específicos: Conceituar a natureza do vínculo do apego (teoria do apego); Definir as fases do desenvolvimento do apego; Especificar a primeira infância e, por fim, conceituar o abandono afetivo elucidando seus reflexos resultantes. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica por intermédio de livros e artigos científicos, de caráter explicativo, a partir do método de análise de conteúdo e frequência simples e descrição, desenvolvida no período de agosto a novembro de 2016. Os resultados demonstram que o vínculo é criado desde a gestação até o nascimento e do nascimento até a vida adulta, trazendo assim, consequências para o indivíduo referente à construção de sua personalidade, uma vez que, crianças que foram de um modo ou outro abandonado, seja por não ter carinho em seus lares, por não terem um lar, ou por morarem em orfanatos, qualquer forma de abandono trás para a criança um grande prejuízo. Apontam ainda, que essas crianças crescem muitas vezes sem perspectiva de vida, sendo pessoas frustradas e com grande dificuldade em sentir ou expressar afeto. E, por fim, quando tem os seus filhos, podem passar para eles tudo o que experienciaram na infância, podendo ser pais frios, ou até mesmo pais super protetores, na intenção de não deixar os filhos passar pelo que os próprios passaram na infância.

Palavras-chave: Abandono afetivo, vínculo, reflexos.

ABSTRACT

This study presents a brief history and general concepts about affective abandonment in early childhood, as well as the reflexes of this abandonment in adult life. The general objective was to study the affective abandonment in early childhood and its reflexes in adult life. And, as specific objectives: Conceptualizing the nature of the bond of attachment (attachment theory); Define the stages of attachment development; Specify early childhood and, finally, conceptualize affective abandonment elucidating their resulting reflexes. In order to do so, a bibliographic review was carried out through scientific books and articles, with explanatory character, based on the method of content analysis and simple frequency and description, developed in the period from August to November 2016. The results demonstrate that the Bond is created from gestation to birth and from birth to adulthood, thus bringing consequences for the individual relating to the construction of his personality, since, children who have been in some way abandoned or because they do not care in their homes, because they do not have a home, or because they live in orphanages, any form of abandonment brings a great loss to the child. They also point out that these children grow up often without a life perspective, being frustrated and with great difficulty in feeling or expressing affection. And finally, when they have their children, they can pass on to them everything they have experienced in childhood, and they may be cold parents, or even super protective parents, in order not to let their children go through what they themselves passed as a child.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Desenvolvimentos da primeira infância

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UNIARP – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 DESENVOLVIMENTO	16
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1.1 Teoria do apego	16
2.1.2 Natureza do Vínculo do apego	18
2.1.3 Fases do Desenvolvimento do apego	20
2.1.3.1 Fase 1	20
2.1.3.2 Fase 2	20
2.1.3.3 Fase 3	21
2.1.3.4 Fase 4	21
2.1.4 Primeira Infância	23
2.1.5 Abandono Afetivo e seus conceitos	24
2.1.5.1 Reflexos do abandono afetivo na vida adulta	26
2.2 METODOLOGIA.....	29
2.2.1 Tipo de pesquisa	29
2.2.2 Fatores de inclusão	30
2.2.3 Percurso da pesquisa.....	30
2.2.4 Análise de dados.....	30
2.2.5 Materiais e métodos	31
2.3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	31
3. CONCLUSÃO	38
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

Tratando-se de abandono afetivo em crianças, trazemos a discussão acerca da possibilidade ou não de reparar o dano que pode causar ao filho, pela razão da atitude omissiva dos pais no cumprimento dos deveres decorrentes do seu poder familiar.

Segundo Bowlby (1998) apud Siqueira, Andriatte (2001), todo ser humano já nasce propenso a estabelecer fortes vínculos afetivos. Essa capacidade, no entanto, pode ser diminuída devido a fatores externos que impedem ao bebê desempenhar esse potencial com as pessoas que o cercam. A capacidade é inata, mas precisa ser estimulada adequadamente para que se concretize. (p.15).

Desde que estamos no ventre de nossas mães, esta nos passa todo o sentimento que está sentindo, desde a alegria até as suas tristezas. Quando somos aceitos ou não, também conseguimos sentir o carinho ou a falta dele, não somente da mãe, mas também de toda a família. No caso da rejeição o desenvolvimento já se torna um pouco mais conturbado, pois nascemos para sermos criados de um modo como a sociedade implanta, junto de nossos genitores e familiares, porém, quando a família sai do modelo implantado tudo muda, principalmente quando a criança é levada para adoção, seus pensamentos e emoções já ficam mais retidos, pois já experimentaram o sentimento de rejeição e ali, ficam na expectativa de quando serão aceitas novamente.

Para que a criança possa se desenvolver satisfatoriamente é necessário que encontre alguém que o acolha e cuide de sua forma de sobrevivência; uma vez que, ao nascer, não possui recursos próprios para sua sobrevivência física e psíquica. A história de um indivíduo inicia antes mesmo de seu nascimento biológico. Inicia-se desde a concepção mental do casal parental que gesta um filho a partir de seus imaginários. Mesmo antes de se ter um filho, muitos pais investem seus desejos, sonhos, medos e expectativas sobre a ideia que nutrem acerca de seu futuro bebê. (SIMÕES, 2013. p. 14)

A criança que é abandonada pode apresentar em seu desenvolvimento deficiências tanto no seu comportamento social como mental para o resto de sua vida, uma vez que, a própria criança espera um comportamento de carinho dos seus genitores, por menos intenso que o seja. Porém, se não recebido, pode-lhes trazer distúrbios emocionais, acarretando, conseqüentemente, grandes tristezas, problemas escolares, depressão infantil, baixa autoestima, dentre outros distúrbios relacionados a emoções e sentimentos do ser humano.

Nos primeiros estágios de desenvolvimento, uma ajuda contínua que em sua maior parte venha de uma só pessoa, parece ser essencial para que o desenvolvimento tenha sucesso. Neste contexto a mãe seria a pessoa mais adequada para exercer esse papel, já que nenhuma outra mulher está tão pronta a se dedicar e entender as reais necessidades do bebê, tanto físicas quanto emocionais. Desde que o bebê nasce a mãe procura estabelecer com o filho um modelo de comunicação, no qual busca compreender suas sinalizações. Exemplos: “Este choro é fome”, “Agora ele está com sono”. Passado um período inicial de adaptação a relação entra em sintonia e o bebê passa a se sentir acolhido e satisfeito na maior parte das vezes. (SIQUEIRA, ANDRIATTE, 2001. p. 16).

Destarte, com a ausência deixada por seus genitores ou por um deles, a criança se aproxima de outras pessoas sendo da sua própria família ou não, objetivando preencher o vazio causado pelo abandono, a partir dessa nova figura representativa em sua vida.

As crianças podem até crescer e se desenvolver com outras figuras de representações, mas os pais são os seus modelos e guias, possuindo um papel de contribuir para o desenvolvimento de personalidade sadia, sem nenhum distúrbio ou prejuízo, controlando os seus impulsos e comportamentos, diferente dos abalos emocionais ocasionados no caso abandono.

Segundo Bowlby (1998) apud Nascimento, Coelho et all (2006), o comportamento de Apego é caracterizado como uma tentativa de provocar a atenção ou manter a aproximação da figura discriminada, aquela com a qual o indivíduo estabelece um vínculo sendo, habitualmente, a figura materna. Esse comportamento promove o desenvolvimento de laços afetivos estabelecidos inicialmente na infância com os pais e, posteriormente, na vida adulta, com o parceiro e outros adultos. (p. 431).

Para que o ser humano tenha uma formação saudável de identidade, são necessárias influências positivas dos relacionamentos e dos vínculos que se estabelecem na primeira infância, pois é com a família que se cria a primeira etapa da vida, obtendo-se o primeiro conceito de pertencer a algo, construindo os laços afetivos e, conseqüentemente, aprendendo a se relacionar e a desenvolver a capacidade de confiar nas pessoas. Em contrapartida, a criança que é impedida de conviver com seus genitores e familiares, possivelmente, sente-se sozinha e com sua história se desestruturando

Durante os três primeiros meses o sistema sensorial, a discriminação e o aparelho perceptivo ainda não estão desenvolvidos do ponto de vista psicológico, e tampouco do físico, por isso as experiências do bebê se limitam ao afeto. Os sinais afetivos da mãe constroem uma forma de comunicação ao qual consegue proporcionar respostas

totais ao bebê. Esta interação entre mãe-filho exerce uma pressão que dá forma ao psiquismo infantil, e a qualidade, a consistência, a certeza e estabilidade deste afeto é o que assegura o desenvolvimento psíquico normal do bebê. (HECHT, SILVA, 2009, p. 2).

Assim, objetivando compreender o abandono afetivo na primeira infância surgiu o interesse em estudar e pesquisar: *“Quais são os reflexos na vida adulta quando se vivencia o abandono afetivo na infância? Para tanto, esta pesquisa teve como objetivo geral: Estudar o abandono afetivo na primeira infância e seus reflexos na vida adulta. E, como objetivos específicos: Conceituar a natureza do vínculo do apego (teoria do apego); Definir as fases do desenvolvimento do apego; Especificar a primeira infância e, por fim, conceituar o abandono afetivo elucidando seus reflexos resultantes.*

O entendimento dos principais reflexos na vida adulta quando se vivencia o abandono afetivo na infância possibilitou a aplicação na prática dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso referente ao processo de vínculo afetivo, além de ser uma rica experiência para o futuro profissional da Graduação em Psicologia.

Desta forma, entende-se que este estudo se reveste também de relevância social, pois nos dias de hoje, observa-se as mais diversas confecções de (des) estruturas familiares, vê-se crianças que estão sendo criadas somente pela mãe ou o pai, algumas com os avós e outros, e ainda, crianças que foram abandonadas em casas lares, impossibilitadas do convívio familiar.

Apresenta relevância científica, uma vez que, servirá ainda, como instrumento de pesquisa para auxiliar profissionais da saúde, do campo jurídico e afins, a uma melhor compreensão do processo do abandono afetivo, bem como, dos seus reflexos na vida adulta.

Para realizar este estudo, utilizou-se de uma revisão bibliográfica que, de acordo com Gil (2007, p. 65) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este tipo de pesquisa também é caracterizado como uma pesquisa explicativa, Gil (2007, p.47) diz que “pesquisas explicativas, são aquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. Utilizou-se ainda, o método de análise de

conteúdo e frequência simples e descrição, que segundo os autores Trivinos (1987) e Bardin definem em três etapas básicas no trabalho com análise de conteúdo, que são: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial. O período de realização se deu nos meses de agosto a novembro de 2016.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

O Referencial Teórico visa principalmente obter embasamento necessário para o leitor melhor compreender o tema do abandono afetivo na primeira infância e seus reflexos na vida adulta.

2.1.1 Teoria do apego

Segundo, Klaus, Kennell, Klaus (2000), a relação entre os conceitos de formação de vínculo e de apego tem uma longa história, esta teve início a meio século com o trabalho de Renè Spitz, ele observou que os bebês que eram bem alimentados, vestidos e mantidos aquecidos em orfanato, mas que não recebiam alguma tensão emocional, que não eram segurados no colo nem se quer recebiam um afeto de alguém, apresentavam a síndrome chamada de “hospitalismo”, o crescimento físico do bebê e o seu desenvolvimento mental eram lentos ou muitas vezes não ocorriam, o seu apetite e ganho de peso diminuíram depois de um curto período de tempo, eles perdiam o interesse nas interações com as coisas e pessoas e com grande frequência acabavam morrendo.

Estudos sobre vínculo realizados até a década de 50 defendiam o ponto de vista de que a natureza e a origem dos vínculos afetivos estariam relacionadas à satisfação de impulsos com vistas à sobrevivência, como alimentação na infância e sexo na vida adulta. Estes seriam impulsos primários, ao passo que a dependência emocional seria secundária. Assim, a partir de um contexto evolutivo, a principal função do vínculo é garantir a sobrevivência do indivíduo contra agentes predadores externos. (PONTES, 2012, p. 40).

O significado da resposta de uma criança a respeito da separação ou perda da sua figura materna tem se dado em torno de uma compreensão do vínculo que a liga a essa figura. Nos termos psicanalíticos a discussão desse tema tem sido conduzida em termos de relações objetais. Assim, na descrição da teoria tradicional, a terminologia de relações objetais deve ser frequentemente usada com o termo “apego” ou “teoria do apego”. (BOWLBY, 2002).

Segundo Bowlby (2002), o vínculo da criança com a mãe é o resultado da atividade de um número de sistemas comportamentais que tem a proximidade da mãe como resultado previsível. Nos primeiros anos de vida, esse sistema pode ser lento e complexo, variando de criança para criança, podendo observar um comportamento de apego no segundo ano de vida, quando a criança começa a se locomover-se.

Nessa idade, na maioria das crianças, o conjunto integrado de sistemas comportamentais envolvidos é facilmente ativado, especialmente pela partida da mãe ou por algo assustador, e os estímulos que mais efetivamente finalizam os sistemas são o som, a visão e o contato com a mãe. Até a criança completar o seu terceiro aniversário, os sistemas continuam sendo muito facilmente ativados. Daí em diante, na maioria das crianças, eles passam a ser ativados com menos facilidade e também passam por outras mudanças que tornam menos urgente a proximidade com a mãe. (BOWLBY, 2002. p. 222).

Para Klaus, Kennell, Klaus (2000), o primeiro observador a reconhecer que as experiências da infância e não apenas as forças psíquicas internas afetam a forma como o indivíduo responde, desenvolve-se e age na sua paternidade ou maternidade, foi John Bowlby, descrevendo este processo na teoria do apego:

“A criança constrói o modelo representacional interno de si mesma”, dependendo de como ela foi cuidada. Mais tarde, em sua vida, esse modelo internalizado permite que as crianças sejam capazes de ajudar a si mesmas e de acreditarem que vale a pena serem ajudadas, caso surjam dificuldades. Nos primeiros anos de vida, o fato de acreditarem em si próprias e esse sentido de segurança em relação aos que cuidam dela não só permitem que as crianças se separem de seus pais quando vão para creche ou para o jardim de infância, mas também lhes possibilitam se tornarem independentes e a explorarem sua liberdade. Logo, cada um de nós tem um “projeto” interno que é, em parte, orientado pela forma como fomos tratados por nossos pais nos primeiros anos de nossas vidas. (KLAUSS, KENNEL, KLAUS, 2000, p. 168).

Para Boing, Crepaldi (2004) foi Bowlby (1989) que desenvolveu a teoria do apego, a qual postula a existência de uma organização psicológica interna que fica situada no sistema nervoso central, a qual é responsável pela formação e conservação dos laços emocionais íntimos entre indivíduos. A propensão para estabelecer tais laços é considerada um componente básico da natureza humana, podendo encontrar presente no neonato em forma germinal, e continuando na vida adulta e velhice, quando os primeiros laços persistem e são complementados por novos.

2.1.2 Natureza do Vínculo do apego

De acordo com Zimmermann (2010) apud Pontes (2012) o termo vínculo é de suma importância para o desenvolvimento da personalidade da criança. Usando os termos como “apego”, “relacionamento”, “ligação”, a noção de vínculo é muito antiga, já estando presente na Bíblia, na mitologia, na religião, na literatura e nas artes. Ele tem sua origem do latim “*vinculum*”, o qual significa uma união com características duradouras e provém da mesma raiz que a palavra “vinco”, que se refere a alguma forma de ligação entre partes que se unem e que são inseparáveis, embora permaneçam delimitadas entre si. Assim, pode-se afirmar que vínculo também significa um estado mental que pode ser expresso através de diversos modelos e abordagens.

Contudo, assegura-se que a expressão da formação do vínculo do apego vem do investimento emocional dos pais em seus filhos, considerado um processo no qual é formado e cresce repetidas experiências significativas e prazerosas, ao mesmo tempo acontecendo um outro elo que podemos chamar de “apego”, o qual é criado com os pais ou com as pessoas que cuidam das crianças. (KLAUSS, KENNEL, KLAUS, 2000).

Um vínculo pode ser considerado normal até chegar a alterações do vínculo, passando a ser considerado como patológico. O vínculo paranóico, caracteriza-se pela desconfiança, pela exigência que o sujeito experimenta em relação aos outros. O vínculo depressivo, caracteriza-se por estar permanentemente carregado de culpa e expiação, enquanto que o vínculo obsessivo se relaciona com o controle e a ordem. O vínculo hipocondríaco é aquele que o indivíduo estabelece com os outros através do seu corpo, da saúde e da queixa. O vínculo histérico é aquele que dá representação, sendo sua principal característica a plasticidade e a dramaticidade. (PICHON-RIVIÉRE, 1982).

Desta forma, o vínculo é um conceito instrumental em Psicologia Social que assume uma determinada estrutura e que é manejável operacionalmente. O vínculo é sempre um vínculo social, mesmo sendo com uma só pessoa. E, por intermédio da relação com esta pessoa, repete-se uma história de vínculos determinados em um tempo e em espaços determinados. Por essa razão, o

termo se relaciona posteriormente com a noção de papel, de *status* e de comunicação. (PICHON-RIVIÉRE, 1982).

Keleman (1996) diz, “sou uma parte de você, mas não sou parte de você. Preciso ser parte de você para meu próprio bem-estar e crescimento, então não se livre de mim, mesmo que eu pareça um corpo estranho. Você pode aceitar quem sou, embora eu não seja você? ”:

Essas dinâmicas básicas, a relação da mãe com a criança e da criança com a mãe, é análogo em todos os fenômenos de vinculação. A qualidade e a quantidade de distância e conexão são estabelecidas muito cedo. Isso se forma primeiro como uma relação pré-pessoal, uma relação genética, uma relação anterior à personalidade individual, do modo como a entendemos. Distância e proximidade são reguladas bem no começo. Há uma troca do sangue venoso e arterial, um fenômeno pulsatório, começando com a falta e continuando com a formação de tubos e ondas pulsatórias. Esse é o começo da dualidade: “Eu e Você”. É isso o que acontece, a estrutura fetal em crescimento quer respostas ilimitadas, entretanto precisa esperar que a bomba placentária as forneça. O vínculo começa com a dualidade. (KELEMAN, 1996. p. 80).

Com isso, observa-se que o nascimento muda a natureza do vínculo, passando a ser de pele para pele, de sistema nervoso para sistema nervoso, diferente de quando se está no útero, pois o feto pulsa a partir do umbigo. Boca e seio se aprofundam, aprende-se sobre conexão, sobre sentimentos de pertença. Sobre natureza da resposta, começo de autocontrole e controle dos outros. Na medida em que a capacidade de controlar tais conexões com os outros aumenta, forma-se diferentes relações com as fontes do conforto, segurança e ambiente emocional e, igualmente, com as próprias necessidades. (KELEMAN, 1996).

E é esta a importância do afeto na relação mãe-filho no aparecimento e desenvolvimento da consciência do bebê e a participação vital que a mãe tem ao criar um “clima emocional favorável”, sob todos os aspectos, ao desenvolvimento da criança. São os sentimentos maternos que criam esse clima emocional que confere ao bebê uma variedade de experiências vitais muito importante por estarem “interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno”. Tais experiências são essenciais na infância, pois, nesse período, os afetos são de altíssima relevância, maior do que em qualquer outro período posterior da vida, visto que, do ponto de vista psicológico, grande parte dos aparelhos sensorio, perceptivo e de discriminação sensorial ainda não amadureceu; como consequência, a atitude emocional da mãe serve para orientar os afetos do bebê e conferir qualidade de vida à sua experiência. (SPITZ (1979, p. 99) apud BOING, CREPALDI, 2004, p. 212).

O vínculo primitivo é aquele vínculo mãe-filho, o qual é o estruturador dos demais vínculos que teremos na vida. Chamamos de primitivo porque é o

primeiro vínculo a se formar na existência de qualquer ser humano, consiste assim, na inter-relação do bebê recém-nascido com a sua mãe ou com alguém que tem como figura substituta dela. (ZIMMERMANN, 2010, p.21 apud PONTES 2012).

2.1.3 Fases do desenvolvimento do apego

Para se ter uma análise mais minuciosa sobre o afeto, Bowlby (2002) dividiu o desenvolvimento em um certo número de fases:

2.1.3.1 Fase 1: orientação e sinais com discriminação limitada de figura:

Durante esta fase, um bebê comporta-se de certos modos característicos em relação às pessoas, mas a sua capacidade para discriminar uma pessoa de uma outra esta limitada aos estímulos olfato e auditivos. Esta fase dura do nascimento até não menos que oito semanas de idade e, mais usualmente, até cerca de doze semanas; poderá prolongar-se muito mais em condições desfavoráveis.

O modo como um bebê se comporta em relação a qualquer pessoa ao seu redor inclui a orientação para essa pessoa, movimentos oculares de acompanhamento, estender o braço e agarrar, sorrir e balbuciar. Com frequência, um bebê deixa de chorar ao ouvir uma voz ou ver um rosto. Cada um desses tipos de comportamento infantil, a medida em que influencia o comportamento de quem lhe faz companhia, pode aumentar o tempo em que um bebê se mantém próximo a essa pessoa. Depois das doze semanas, aproximadamente, recrudescer a intensidade dessas respostas amistosas. Daí em diante, o bebê dá “a plena resposta social, em toda a sua espontaneidade, vivacidade e deleite” (RHEINGOLD, 1961 apud BOWLBY, 2002).

2.1.3.2 Fase 2: orientação e sinais dirigidos para uma figura discriminada (ou mais de uma):

Durante esta fase, um bebê continua comportando-se em relação às pessoas do mesmo modo amistoso que na fase 1, mas o faz de maneira mais

acentuada em relação à figura materna do que a outras. No que se refere a estímulos, é improvável que respostas diferenciais sejam facilmente observáveis antes das quatro semanas de idade e, quanto aos estímulos visuais, antes das dez semanas. Na maioria dos bebês criados em famílias, entretanto, ambos os tipos de respostas são claramente evidentes das doze semanas de idade em diante. A fase dura até cerca dos seus meses ou até muito mais tarde de acordo com as circunstâncias. (BOWLBY, 2002).

2.1.3.3 Fase 3: manutenção da proximidade com uma figura discriminada por meio de locomoção ou de sinais:

Durante esta fase, um bebê é não só cada vez mais discriminatório no modo como trata as pessoas, mas o seu repertório de respostas amplia-se para incluir agora o movimento de seguir a mãe que se afasta, de recebê-la efusivamente quando ela regressa, respostas amistosas e algo indiscriminadas a todas as pessoas também declinam. Certas pessoas são escolhidas para tornar-se figuras subsidiárias de apego; outras não o são. Os estranhos passam a ser tratados com crescente cautela e, mais cedo ou mais tarde, é provável que provoquem alarma e retraimento. Durante esta fase, alguns dos sistemas mediadores do comportamento de um bebê em relação à mãe tornam-se organizados em termos de correção para a meta, e torna-se então evidente o apego do bebê à figura materna. . (BOWLBY, 2002).

A fase 3 inicia-se comumente entre os seis e sete meses de idade mas pode ser retardada até depois do primeiro aniversário, especialmente em bebês que tiveram pouco contato com uma figura principal. Continua provavelmente durante todo o segundo ano e parte do terceiro. (BOWLBY, 2002).

2.1.3.4 Fase 4: formação de uma parceria corrigida para a meta:

Durante a fase 3, a proximidade com uma figura de apego começa a ser mantida pela criança por meio de sistemas corrigidos para a meta organizados de maneira simples e que utilizam um mapa cognitivo mais ou menos primitivo. Nesse mapa, a própria figura materna passa a ser concebida, mais cedo ou

mais tarde, como um objeto independente, que persiste no tempo e no espaço, e que se movimenta de um modo mais ou menos previsível num contínuo espaço-tempo. Entretanto, mesmo quando esse conceito foi adquirido, não podemos supor que uma criança tem qualquer compreensão do que está influenciando os movimentos de aproximação ou afastamento de sua mãe em relação a ela, ou de que medidas pode tomar para mudar o comportamento materno. É provável que ainda esteja muito além da competência da criança compreender que o comportamento da mãe está organizado em torno de suas próprias metas-fixadas, as quais são numerosas e, em certa medida, conflitantes, e que é possível inferir quais sejam essas metas para se agir em conformidade com elas. . (BOWLBY, 2002).

Mais cedo ou mais tarde, porém, tudo isso muda. Observando o comportamento materno e o que influencia, a criança passa a inferir algo sobre as metas-fixadas da mãe e sobre os planos que está adotando para atingi-las. Desse ponto em diante, a visão que a criança tem do mundo torna-se muito mais refinada, e o seu comportamento torna-se potencialmente mais flexível. Usando uma outra linguagem, pode-se afirmar que a criança passa a adquirir um discernimento sobre os sentimentos e motivos da mãe. Uma vez atingidos este ponto, estão lançadas as bases para o par desenvolver um relacionamento mútuo muito mais complexo, ao qual dou o nome de parceria. (BOWLBY, 2002).

Trata-se claramente de uma nova fase. Embora as evidências sejam escassas, o que se sabe – por exemplo, em Bretherton e Beeghly-Smith (1981) apud Bowlby (2002) – indica que, para algumas crianças, ela já se encontra bem delineada na metade do terceiro ano de vida.

É inteiramente arbitrário apontar por que fase uma criança tornou-se apegada. É evidente que não existe apego na fase 1 ao passo que é igualmente evidente sua existência na fase 3. Se é e em que medida se pode afirmar que uma criança está apegada durante a fase 2 é uma questão de como definimos o apego.

2.1.4 Primeira Infância

Em um olhar mais moderno, a infância pode ser dita que é uma etapa do desenvolvimento do ser humano, que possui características próprias e bem definidas. Surgindo no contexto social a qual temos uma evolução que nos permite vislumbrar a redução dos índices de mortalidade infantil, que só foram capazes devido ao avanço da ciência e às mudanças na nova ordem econômica. (CAPELASSO, 2011).

QUADRO 1: Desenvolvimentos da primeira infância.

Faixa Etária	Desenvolvimento Físico	Desenvolvimento Cognitivo	Desenvolvimento Psicossocial
Período Pré-Natal (da concepção ao nascimento)	Ocorre a concepção por fertilização normal ou por outros meios. Desde o começo a dotação genética interage com as influências ambientais. Formam-se as estruturas e os órgãos corporais básicos: inicia-se o surto de crescimento físico e o mais acelerado do ciclo de vida. É grande a vulnerabilidade às influências ambientais.	Desenvolvem-se as capacidades de aprender e lembrar, bem como as de responder aos estímulos sensoriais.	O feto responde a voz da mãe e desenvolve uma preferência por ela.
Primeira infância (do nascido aos 3 anos)	No nascimento, todos os sentidos e sistemas corporais funcionam em graus variados. O cérebro aumenta em complexidade e é altamente sensível à influência ambiental. O crescimento físico e o desenvolvimento das habilidades motoras são rápidos.	A capacidade de aprender e lembrar estão presentes, mesmo nas primeiras semanas. O uso de símbolos e a capacidade de resolver problemas se desenvolvem por volta do final do segundo ano de vida. A compreensão e o uso da linguagem se desenvolvem rapidamente.	Formam-se os vínculos afetivos com os pais e com outras pessoas. A autoconsciência se desenvolve. Ocorre a passagem da dependência para a autonomia. Aumenta o interesse por outras crianças.
Segunda infância (3 a 6 anos)	O crescimento é constante; a aparência torna-se mais esguia e as proporções mais parecidas com as de um adulto. O apetite diminui e são comuns os problemas com o sono. Surge a preferência pelo uso de uma das mãos; aprimoram-se as habilidades motoras finais e gerais e aumenta a força física.	O pensamento é um tanto egocêntrico, mas aumenta a compreensão do ponto de vista dos outros. A imaturidade cognitiva resulta em algumas idéias ilógicas sobre o mundo. Aprimoram-se a memória e a linguagem. A inteligência torna-se mais previsível. É comum a experiência o maternal; mais ainda a da pré-escola.	O autoconceito e a compreensão das emoções tomam-se mais complexos; a auto-estima é global. Aumentam a independência, a iniciativa e o autocontrole. Desenvolve-se a identidade de gênero. O brincar torna-se mais imaginativo mais elaborado e, geralmente, mais social. Altruísmo, agressão e temor são comuns. A família ainda é o foco da vida social, mas outras crianças tornam-se mais importantes.

PAPALIA E OLDS (2010, p. 12) apud CAPELASSO (2011, p. 28).

2.1.5 Abandono Afetivo e seus conceitos

Quando se pensa, então, na criança em situação de acolhimento, há de se pressupor que ela teve um abandono afetivo decorrente de momento do afastamento familiar, assim houve uma quebra no vínculo entre os entes parentais, principalmente com a mãe, a qual é o primeiro e principal objeto de amor da criança. Assim surge a instituição de acolhimento como uma possibilidade de suporte tanto material quanto afetivo, mas para isso acontecer é importante que os cuidadores que venham a se responsabilizar pela atenção a essas crianças estejam disponíveis para gerar nesse ambiente um local de fortalecimento e construção de vínculos saudáveis na vida dos que necessitam serem acolhidos. (SILVA, GERMANO, 2015).

Hortelano (1997) afirma que, ocorrendo a separação forçada pelo exterior, trazendo como exemplo a gravidez que não possui nenhum contato emocional ou um parto frio ou violento ou alguns períodos que passam na higienização pós-parto sem o contato com a mãe, crianças que são logo colocadas em creches que passam longos períodos sem o contato de seus genitores, pré-dispõe-se ao desenvolvimento de pessoas imaturas. Apresentam fortes carências, com grande tendência de se tornarem pessoas psicóticas, tendo grandes problemas depressivos, distúrbios imunológicos, bem como, transtornos degenerativos. Favorecendo assim, organismos que se transformam em pessoas com dependência e grande submissão principalmente quando casadas por seus maridos, pelo medo de passar novamente pelo episódio de abandono, apresentando, portanto, menor capacidade de crítica.

A história do abandono de crianças no Brasil é antiga e nem sempre se deve a motivos econômicos, os indígenas não costumavam abandonar seus filhos. Portanto, a adoção foi introduzida no país pelos europeus. Com a colonização foram introduzidas no Brasil leis e instituições de proteção à criança abandonada. (SCHACH, 2015, p. 79).

Os pais, por sua vez, podem ajudar os seus filhos a trabalhar e dominar o medo de ficarem sozinhos e o medo de que eles não vão mais voltar, ou seja, o grande medo da separação. Assim, é necessário apresentar as crianças quando pequenas o ensinamento de dizer-lhes tchau toda vez que forem sair,

explicando que vão, mas que logo voltam, sem afirmar o tempo, pois se demorarem mais do que lhes falaram já os deixarão novamente confusos. Portanto, ensinar os filhos a abanar e dizer tchau é um dos passos mais importantes para a aprendizagem; tais atitudes, conferem-lhes a sensação de participação e do controle daquele momento em que estiverem na ausência dos pais. A brincadeira de esconde, por sua vez, parece ser um simples jogo, porém, trata-se de uma brincadeira que tranquiliza a criança, visto que as pessoas desaparecem e quando menos esperam logo já estão de volta. Com isso, a criança entende que as pessoas saem sim de perto uma das outras, mas logo já estarão de volta. Nesses pequenos atos, a criança vai criando a confiança de que sua mãe vai sair, mas logo já vai voltar e que pode se tranquilizar em relação a isso. (KLAUSS, KENNEL, KLAUSS, 2000).

Portanto, a continuidade do contato-vínculo-gratificação libidinal orgástica, desde a vida intrauterina, o parto e o primeiro ano de vida, permitem o assentamento de raízes do Ego que predisõem à saúde e ao desenvolvimento da estrutura humana genital, surgindo funcional e progressivamente a separação e individualização, dentro de uma estrutura familiar funcional e aberta, de forma progressiva, estruturando-se a identidade sexual ligada à estruturação e autonomia do Ego, até os seis/sete anos de idade; ao passo que, se esse processo se desenvolver na disfuncionalidade, gerará a estruturação caracterial e a couraça. (HORTELANO, 1997. p. 99).

A falta de comunicação verbal, particularmente nos primeiros dezoito meses, torna quase impossível a preparação para a ausência de mais de dois dias. Um protesto do bebê frente à separação pode ser muito mais dramático entre um ano e meio e dois anos e meio; mas a observação de crianças sugere que a separação tem um efeito mais desintegrador em crianças com um ano e meio que estão aptas a reagir com profunda ansiedade ou calmo desespero. O trauma de separações mais longas será menor, é claro, se houver um familiar conhecido para ficar com uma criança. Por outro lado, as separações durante uma manhã ou uma tarde irão preparar a criança para ausências mais longas mais tarde. (KLAUS, KENNEL et all, 2000).

As reações da separação são quase universais, não importa qual seja a distância no relacionamento pai-criança, nem o tipo ou duração da separação, esse foi a primeira ou a décima separação. Tais reações são comuns, complexas e variáveis. Assim, qualquer separação da mãe é importante para

criança, trata-se do medo do abandono, como o medo básico dos seres humanos. (KLAUS, KENNEL et all, 2000).

Na primeira infância adquirimos o vínculo social que na vida adulta podemos os chamar de apego adulto. Somos crianças “grandes”, pois a nossa criança que vive no nosso interior nunca morre, e os vínculos que são adquiridos na primeira fase da vida servem de modelos para os relacionamentos posteriores, ou seja, na vida adulta. Os adultos, na maioria das vezes decidem de modo inconsciente, inicia e estabelece uma relação conjugal varias vezes, pois, necessitam se sentirem amados, protegidos e confortáveis na relação. Os indivíduos não se diferem entre si pela intensidade dos sentimentos, mas sim por aquilo que os vivenciam, podendo concluir que se tudo isso não ocorre na vida de uma criança repercutindo na vida adulta, acontece o abandono afetivo, seguido de vários distúrbios principalmente emocionais. (RODRIGUES, CHALHUB, 2010).

2.1.5.1 Reflexos do abandono afetivo na vida adulta

O apego adulto é um reflexo do vínculo social adquirido na primeira infância, o entendimento é de que se tornam crianças grandes, pois a criança interior nunca morre. Os vínculos que foram adquiridos na primeira fase da vida servem de modelo para todos os relacionamentos posteriores. Com frequência os adultos tomam as suas decisões de modo inconsciente, iniciando muitas vezes, uma relação conjugal para poderem se sentir amados, protegidos e confortados. (RODRIGUES, CHALHUB, 2009).

Segundo Klaus, Kennell et all (2000), nos consultórios, muitos pais revelaram duas preocupações na medida em que se aproximava o nascimento do seu filho: por um lado, eles perguntavam: “Eu serei capaz de ser pai ou mãe assim com meus pais o foram?”; por outro lado, eles afirmavam: “Eu não quero cuidar do meu filho da forma como fui cuidado”. À medida que aprendemos mais sobre como os pais formam elo com seu bebê e como este estabelece uma ligação com seus pais, parece que essa crença de que os padrões de paternidade e maternidade são passados de geração em geração pode ser bem fundamentada. Uma série de estudos revelou que a forma como somos cuidados e criados quando bebês e crianças afeta a forma como vamos cuidar de nossos filhos e criá-los, bem como a forma como iremos interagir com as outras pessoas. (p. 165).

Algumas crianças haviam passado períodos de uma ou duas semanas com parentes, em razão de férias da própria criança, dos pais ou de ambos. O

comportamento mais comum no reencontro com a mãe, tratando-se de crianças com menos de três anos de idade, era o de manterem-se à sua volta, por vezes após um tempo inicial de reserva. Embora esse girar em torno da mãe geralmente cessasse após dois ou três dias, em 30% dos casos persistiu durante semanas. Moore (1969b) apud Bowlby (2002), concluiu: "é claro que, para a maioria das crianças novas, separar-se da mãe constitui uma experiência estressante", e que as crianças mostram-se especialmente vulneráveis durante o segundo e terceiro anos de vida. (BOWLBY, 2002)

No intuito de compreender as vivências emocionais de crianças abrigadas, Careta & Motta (2007) apud Hecht, Silva (2009), acompanharam o caso de uma criança abrigada desde recém-nascida. Verificaram que, diante de situações ansiogênicas, a criança expressou uma dissociação, ademais apresentou comportamentos amorfos sem vivacidade, comunicando necessidade de intervenção psicológica. As autoras identificaram a forte influência do ambiente na formação e no desenvolvimento emocional de uma criança. (p. 4).

Com base no relato das mães, as crianças de lares estáveis, que só haviam conhecido separações episódicas, eram menos dadas a buscar atenção do que as crianças nunca afastadas do lar. Sugere isso que, em relação a crianças em geral criadas pela mãe, em um lar estável, as separações episódicas, do tipo e duração descritos (embora perturbadoras quando ocorreram), não produzem óbvios efeitos adversos sobre o posterior comportamento de apego. Contudo, é necessário ter cautela no tirar conclusões, pois não sabemos como reagiriam essas crianças uma nova situação capaz de inspirar-lhes medo. (BOWLBY, 2002).

É bastante a literatura que refere que os melhores preditores dos comportamentos anti-sociais, criminais e violentos são a privação de cuidados parentais adequados, a discordância no seio familiar e a existência de maus tratos na infância, indicando que lacunas a nível familiar estão irrevogavelmente ligadas a condutas delinquentes. Os fatores familiares são tão abundantes como complexos, sendo assim necessárias abordagens metodológicas abrangentes. (MOREIRA, 2013, p. 1).

Wells e Rankin (1991) apud Moreira (2013) ressaltaram que algumas disfuncionalidades das famílias não alteram e não influenciam uma criminalidade por completo. Nos delitos graves, tais como roubos e agressões, a probabilidade da família influenciar este delito é muito fraca. Porém, na prática de atos desviantes menos graves como no consumo de drogas leves é um pouco mais forte. A influência deste tipo de famílias é significativa nos

comportamentos problemáticos tendo como exemplo o absentismo escolar e problemas disciplinares.

As crianças que foram de um modo criadas com a ausência da figura materna ou que tiveram relacionamentos perturbados com a mãe nos seus primeiros anos de vida, demonstram muitas vezes:

Relacionamento superficial, nenhum sentimento verdadeiro – nenhuma capacidade de se interessar pelas pessoas ou de fazer amizades profundas; inacessibilidade, exasperante para os que tentam ajudá-la; nenhuma reação emocional em situações em que isto seria normal – uma estranha falta de preocupação; falsidade e evasivas, frequentemente sem motivo; furtos; falta de concentração na escola. (BOWLBY, 1981, p. 35 apud HECHT, SILVA, 2009, p. 4).

Desta forma, quando a criança é privada de uma vivência calorosa, íntima e contínua com a sua mãe quando pequena e decorrente na sua vida adulta, sofre uma série de modificações e efeitos prejudiciais de acordo com o seu grau de privação. Quando o grau é parcial ela sofre angústia, exagerada necessidade de amor, forte sentimento de vingança, conseqüentemente, culpa e depressão. Por sua vez, quando a criança é pequena ela não sabe lidar com essas emoções, sua forma de reação a tais perturbações poderá resultar em distúrbios nervosos, gerando uma personalidade instável. A privação quando é quase total, que podem ser observadas muitas vezes em instituições de abrigos, creches, hospitais, aumenta a severidade dos danos no seu desenvolvimento psicológico e afetivo que pode ser denominada de “hospitalismo”, acarretando um grande problema na criança em ter a capacidade de estabelecer relações com outras pessoas futuramente. (BOWLBY, 1988 apud BOING, CREPALDI, 2004).

De acordo com Frassão (2000) apud ,Boing, Crepaldi (2004), o abandono de bebês e crianças geralmente são observados em famílias em que a pobreza se apresenta como um dos determinantes para a entrega das crianças para os cuidados institucionais, caracterizando assim como um sintoma social.

Goldstein, Freud e Solnit (1987, p.24) apud,Boing, Crepaldi (2004, p. 214), no trabalho com crianças que passam pela descontinuidade das relações, como aquelas que esperam pela adoção, descrevem os efeitos da separação até os 18 meses. ““Para os bebês, a mudança do cuidador “afeta o curso do seu desenvolvimento emocional”, as alterações do familiar para o não familiar” causam desconforto, sofrimento, atraso na orientação do bebê e na sua adaptação ao meio”. Ressaltam, ainda, as conseqüências a longo prazo, no sentido

de que as ligações emocionais destas crianças “se tornam cada vez mais superficiais e indiscriminadas. Elas tendem a crescer como pessoas que não têm calor em seus contatos com seus semelhantes”.

Se pensando em separação da criança com a família, as experiências não são nada boas, as crianças serem separadas ou perdem a figura de referencia em razão de abrigo, podem estar associados aos prejuízos no que concerne ao desenvolvimento da linguagem e das capacidades sociais. O período mais importante para a aquisição de capacidades e habilidades sociais é do nascimento até os três anos de idade. Diante de todos esses estudos, o afastamento das figuras parentais e a permanência em instituições as quiseram oferecem poucos estímulos físico e/ou social a criança, podem prejudicar esses avanços de desenvolvimento próprios para essa fase da vida. (FEIJÓ, OLIVEIRA, 2016).

Desse modo, para uma criança de qualquer idade que não tenha a possibilidade de ter um desenvolvimento suficientemente bom, sentir-se emocionalmente perturbada ao ter que deixar o lar pode significar muito mais do que uma experiência real de tristeza. O rompimento desses vínculos pode pôr à prova a capacidade da criança em sentir e expressar tristeza, além de promover impacto na habilidade de estabelecer vínculos interpessoais. (ALBORNOZ, 2006; WINNICOTT, 2012 apud FEIJÓ, OLIVEIRA, 2016, p. 75).

A busca por autonomia acontece quando a criança teve um bom relacionamento com a sua figura de apego, não necessariamente a mãe, a grande autonomia acontece em crianças que tiveram um relacionamento de apego saudável com a sua figura, diferente as crianças que tiveram o abandono afetivo, que na vida adulta se tornam crianças frustradas, sem autonomia nenhuma para fazer as coisas por si só, prejudicando totalmente a vida social, amorosa e psicológica do adulto. (RODRIGUES, CHALHUB, 2009).

2.2. METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para a realização deste estudo, compreende o tipo de pesquisa, os fatores de inclusão, o percurso da pesquisa, o procedimento ético e a análise e discussão.

2.2.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa refere-se a uma revisão bibliográfica que, de acordo com Gil (2007, p. 65) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este tipo de pesquisa também é caracterizado como uma pesquisa explicativa, Gil (2007, p.47) diz que “pesquisas explicativas, são aquelas que têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos”.

2.2.2 Fatores de inclusão

Foram utilizados para elaboração desta pesquisa, bibliografias que corroborassem para fundamentar o conceito do abandono afetivo na infância e os seus reflexos na vida adulta; teoria do apego; natureza do vínculo do apego; as fases do desenvolvimento do apego; primeira infância; conceito da primeira infância; abandono afetivo; conceito do abandono afetivo e os reflexos do abandono afetivo na vida adulta.

2.2.3 Percurso da pesquisa.

Este estudo foi estruturado em quatro momentos, que serão descritos a seguir. O primeiro momento é composto pela teoria do apego, sendo dividida pela natureza do vínculo do apego e as fases do vínculo do apego. No segundo momento, elucidou-se a primeira infância, trazendo o seu conceito. E, por fim, abordou-se no terceiro momento, o abandono afetivo, seu conceito e os reflexos causados pelo abandono afetivo na vida adulta.

2.2.4 Análise de dados

Utilizou-se na elaboração desta pesquisa, o método de análise de conteúdo e frequência simples, descrição, que segundo os autores Trivinos (1987) e Bardin definem em três etapas básicas no trabalho com análise de conteúdo, que são: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial.

Inicialmente é feita a organização dos materiais que serão utilizados, que é definida como pré-análise. Logo em seguida inicia-se a análise de

conteúdo, que conforme Trivinos (1987) e Bardin (1977) aconselham a utilização do método de análise de conteúdo nas mensagens escritas, pois, de segundo os autores é mais estável e constituem material objetivo. Já a descrição analítica é a fase da análise do conteúdo. Ela inicia-se na pré-análise que se constitui de uma pesquisa mais aprofundada nos materiais a serem explorados, para que a pesquisa fique mais detalhada, esta sendo norteadas pelas hipóteses e pelas referências teóricas.

Na a fase de interpretação referencial, que para os autores Trivinos (1987) e Bardin (1977), refere-se à reflexão, à intuição, com embasamento nos materiais empíricos, estabelece relações, sobre a função do supervisor, no caso da pesquisa com a realidade educacional e social ampla, aprofundando as conexões das idéias e chegando, se possível, a propostas básicas de transformações nos limites das estruturas específicas e gerais.

2.2.5 Material e método

Das bibliografias consultadas, citam-se livros brasileiros do acervo da Biblioteca Comendador Primo Tedesco, localizada na Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Campus de Caçador, também sites, artigos científicos nacionais e internacionais. O período de desenvolvimento desta pesquisa foi compreendido entre os meses de agosto a novembro de 2016.

2.3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

A partir do interesse em pesquisar e evidenciar qual o reflexo na vida adulta do abandono afetivo na primeira infância, primeiramente se fez necessário buscar material bibliográfico que pudesse responder à pergunta problema.

Pesquisar sobre a teoria do vínculo, o abandono afetivo e seus reflexos na vida adulta a princípio parece simples, porém, trazer de forma específica todos os seus significados e conceitos e quais os reflexos do abandono em si, demandou de muito comprometimento e interesse, pois, trata-se de um tema que a pouco vem sendo discutido com propriedade e cientificidade. Portanto,

na extensa e vasta pesquisa para selecionar bibliografias, deparou-se com grande dificuldade.

Assim sendo, selecionou-se para a discussão e análise artigos científicos de nacionalidades diferentes, permitindo um comparativo que descreva abandono afetivo na primeira infância e seus reflexos na vida adulta.

Para esta análise, optou-se em discutir quatro artigos científicos de natureza Brasileira e um estrangeiro: O primeiro deles, de autoria de Karine Diniz Pontes, da Universidade Federal do Amazonas, intitulado: De menina a mãe: relações entre histórias de vida materna e vínculo afetivo mãe-filho; o segundo de Elisângela Boing e Maria Aparecida Crepaldi, intitulado: Os efeitos do abandono afetivo para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção; o terceiro de Bruna Hecht e Rebeca Fabrício Pereira da Silva, um trabalho de conclusão de curso de psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulado: Crianças Institucionalizadas: a construção psíquica a partir da privação do vínculo materno; o quarto de Soraia Rodrigues e Anderson Chalhub, ela Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Jorge Amado, Brasil e ele Prof^o Mestre e Doutorado pela UFBA, o artigo com o título de: Amor com dependência: Um olhar sobre a teoria do apego. E, por fim, o artigo estrangeiro da Espanha, de autoria de Paula Almeida e Silva, Maria Lapa Esteves e Florêncio Vicente Castro, intitulado: Vinculação Mãe Bebê.

acessibilidade da figura de vinculação, e por fim, no modelo de apego ambivalente, existe uma dificuldade em manter deficiência de continuidade na relação de apego, produzindo um sentimento de solidão.

“Esses modelos de apego seriam, segundo o autor, resultado das interações efetuadas na primeira infância, até os cinco anos.” (BOWLBY, 2002 apud RODRIGUES, CHALHUB, 2009, p. 3).

E é neste contexto de conceito de vínculo que, observa-se a importância de um bom desenvolvimento do vínculo na infância, para depois de adultos não trazer grandes prejuízos, trazendo primeiramente a sua teoria em si para melhor entender o desenvolvimento.

É sabido que não sentimos amor e nem carinho por um ser humano qualquer, mas sim apenas por um ou alguns seres humanos em particular. Os tipos de vínculos que podem ser formados, vão diferenciar de pessoa para pessoa, sendo os mais comuns aqueles que acontecem entre os pais e entre adultos. O que pode caracterizar melhor a vinculação do ser humano é quando dois parceiros tendem a manter-se próximos um dos outros. (RODRIGUES, CHALHUB, 2009).

Falando-se em Teoria do Apego, utilizamos os termos “vínculo” e “apego”, que desde já torna importante diferenciá-los. Dizemos que apego é o sentimento em que o bebê sente em relação aos pais, na medida em que eles se tornam a base segura da criança, já o sentimento dos pais em relação ao seu filho é chamado de vínculo afetivo. (SILVA, ESTEVES et all, 2013).

Com isso, percebe-se que, inúmeros são os modos de vinculação da criança em relação a seus pais, o primeiro seria a do olhar, ou seja, a criança organiza a acomodação ocular na exata distância em que ele se separa da sua mãe, ocorre principalmente no ato de ele mamar em seu peito, quando acontece a sua acomodação e rapidamente ele pode reconhecer o rosto materno, por isso acontece o estranhamento de outras pessoas. Mais interessante ainda, quando a criança percebe que o olhar dos seus pais o magoam e ele os desvia. O segundo o olfato e o paladar, a criança reconhece rapidamente o cheiro de sua mãe, mesmo quando tenha ficado por um certo tempo longe dela, reconhece rapidamente quando ela se aproxima e quando é lhe dado um leite materno que não seja de sua mãe, reconhecendo

rapidamente também. O terceiro e não menos importante seria a audição a criança, chama atenção totalmente para ela quando ouve a voz de sua mãe. (SILVA, ESTEVES et all, 2013).

Bifulco, Lillie, Ball e Moran (1988) apud Silva, Esteves et all (2013), definiram o vínculo em cinco estilos: o primeiro é o emanharado que frequentemente vem acompanhado por hostilidade e raiva nas suas relações, bem como, ambivalência e manipulação nas relações com os outros. Estes sujeitos tem muita necessidade de dependência e requerem totalmente atenção dos outros. O segundo é chamado de desligado, que se caracteriza por evitar os outros, tem um grau muito elevado de individualidade, raiva e intolerância para com os outros. O terceiro o amedrontado, muito conhecido por ter um modelo de vinculação totalmente evitante, porém, caracteriza-se mais pelo medo dos outros ou acham que não podem confiar em ninguém. O quarto o retraído, inserem-se traços de individualismo e falta de desejo de compromisso com os outros, mas sem medo de envolvimento e sem cólera ou intolerância perante os outros. O quinto e último são os que possuem o vínculo de padrão ou seguro, que caracteriza a competência em iniciar e manter relações interpessoais.

Antigamente tudo era mais difícil, as mulheres não tinham seus papéis respeitados na sociedade, tampouco os sentimentos das crianças eram respeitados.

Como ressalta Pontes (2012):

Assim como a mulher, as crianças também não eram valorizadas: durante a Idade Média era comum a prática de entregá-las para famílias de parentes e vizinhos e até mesmo para desconhecidos, a fim de que as mesmas fossem educadas no serviço doméstico, pois neste se resumia o processo de educação da época, através do qual se transmitiam valores humanos, uma vez que, as crianças ainda não frequentavam escolas. Na sociedade medieval não existia, portanto, o que Ariès (1981) denomina de “sentimento da infância”, a consciência da particularidade deste período da vida. Por isso, poucos anos depois de um desmame tardio, por volta dos sete anos de idade, a criança ingressava no meio adulto e não se distinguia mais destes, participando dos trabalhos, jogos e demais atividades. A família era “uma realidade moral e social mais do que sentimental” (ARIÈS, 1981, p. 158 apud PONTES, 2012, p. 18).

Durante o período colonial, o que dominava os tipos de relações familiares era o poder econômico, inclusive as relações afetivas, por isso, estavam quase sempre ausentes as relações de intimidade maior entre os

diferentes membros da família. Valores como a honra, a tradição e a obediência estavam entre os grandes legados de uma geração a outra (ROCHA COUTINHO, 2006 apud PONTES, 2012)

Quando traídos, ou simplesmente se a esposa não cumprisse com seus deveres, os maridos optavam entre acusá-las em tribunal ou enclausurá-las perpetuamente em conventos, os “Recolhimentos”, sustentando-as nestes locais. Apenas a morte do marido poderia lhes conceder a liberdade. Por outro lado, a infidelidade masculina não tinha nenhum impacto sobre a família, uma vez que os filhos “bastardos” eram concebidos fora do casamento. (SILVA, 1998 apud PONTES, 2012, p. 19).

Diante do exposto, entende-se os grandes problemas da sociedade em relação aos problemas afetivos, as mulheres sendo abandonadas ou maltratadas pelos seus maridos, mas principalmente os filhos, que quando acontecia algo de errado com o casamento de seus pais, eram criados, conseqüentemente, mais “esquecidos”, principalmente pelos seus pais, pois as suas mães mal podiam fazer algo para ajudar quando mandadas pelos maridos.

Assim, exemplos de abandono afetivo são elucidados já na época das colônias, o que nos dias de hoje vemos com muito mais frequência, os abandonos ocorridos por problemas familiares ou até mesmo por mães delinquentes.

Corroborando, Spitz (1979, p. 99) apud Boing, Crepaldi (2004, p. 212) afirma:

A importância do afeto na relação mãe-filho o aparecimento e desenvolvimento da consciência do bebê e a participação vital que a mãe tem ao criar um “clima emocional favorável”, sob todos os aspectos, o desenvolvimento da criança. Segundo o autor, são os sentimentos maternos que criam esse clima emocional que confere ao bebê uma variedade de experiências vitais muito importante por estarem “interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno”. Tais experiências são essenciais na infância, pois, nesse período, os afetos são de altíssima relevância, maior do que em qualquer outro período posterior da vida, visto que, do ponto de vista psicológico, grande parte dos aparelhos sensorio, perceptivo e de discriminação sensorial ainda não amadureceram; como consequência, a atitude emocional da mãe serve para orientar os afetos do bebê e conferir qualidade de vida à sua experiência.

Quando a criança é privada da relação com a sua mãe, ela sofre vários distúrbios prejudiciais de acordo com o grau de privação. A privação parcial pode gerar na criança angústia, uma exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança, e em consequência desses sentimentos vem a culpa

seguida de depressão. Tratando-se de crianças que não sabem lidar com esses tipos de privações, além das perturbações, vê-se distúrbios nervosos e uma personalidade instável. Já a privação quase que total, observadas na maioria das vezes em abrigos, aumenta a severidade dos danos no desenvolvimento psicoafetivo, sendo que a privação total pode aniquilar a capacidade da criança em estabelecer relação com outras. (BOLWBY, 1988 apud BOING, CREPALDI, 2004).

Assim sendo, entende-se que todos os problemas recorrentes do abandono afetivo, trazem grandes prejuízos para as pessoas, do mais leves aos mais graves, independente da forma de abandonado afetivo, tanto na infância quanto na vida adulta, pelos seus companheiros, pelas pessoas que convivem, mas principalmente pela sua figura mais representativa que são seus pais.

Contudo, conclui o autor Bowlby (1981) apud Hecht, Silva (2009, p. 3) que:

É a partir dessa interação afetiva mãe-bebê que se constitui as primeiras representações mentais do recém-nascido, sendo a mãe considerada uma figura de identificação primária que a criança estabelece em sua condição de ser, de existir. Esse processo implica a base de sua saúde mental, inclusive na vida adulta.

É neste sentido, identificando que a criança necessita muito da família e da mãe para seu bom desenvolvimento psicológico e emocional que, optou-se por estudar estes autores. Discutindo-os para assim ter um bom entendimento do funcionamento da vinculação mãe-bebê, uma vez que, a mãe é de suma importância para o crescimento sadio de seu filho. Desta forma, a pesquisa atendeu o objetivo de estudar o abandono afetivo na primeira infância e seus reflexos na vida adulta.

Bowlby apud Silva, Esteves, et all (2013), afirma que na maioria dos casos de delinquência, depressão em adultos e afecções patológicas estão simplesmente associadas a múltiplas experiências de privação materna, ou seja, o abandono afetivo. Outro aspecto, segundo o autor é a esquizofrenia, podendo ser ausência do contato entre mãe-filho, pois a falta de contato é compreendida na criança como abandono e assim, acarretando grandes prejuízos para a vida adulta. Assim, o apego é um padrão que desenvolve principalmente nos primeiros anos de vida da criança, por intermédio da sua

autoimagem e autoconfiança. Nos adultos, percebe-se estes aspectos positivos, garantindo a certeza que tiveram um modelo de apego seguro. Por sua vez, sem o modelo de apego seguro, tendo um vínculo afastado com a sua mãe, essa personalidade é criada bem ao contrário, tornando-se adultos muito prejudicados, com grande falta de autoimagem e autoconfiança, sendo pessoas adultas frustradas.

Portanto, não podemos deixar de afirmar que a relação ente o apego seguro, a auto imagem realista, o auto conceito positivo, contribuem significativamente no crescimento e amadurecimento na formação dos adultos realizadores e realizados, tendo como tendência principal a positividade pessoal e social. (SILVA, ESTEVES et all, 2013).

3. CONCLUSÃO

Este estudo possibilitou a compreensão da teoria do apego, o conceito do abandono afetivo permitindo um melhor entendimento de que o vínculo é muito importante para a formação do ser humano, podendo mudar toda a sua estrutura se mal elaborada. Permitiu ainda, verificar quais são os reflexos de um adulto tendo um abandono afetivo na sua infância, quais as consequências trazidas, o que pode ou não mudar no seu desenvolvimento, para assim trazendo prejuízos podendo ser tratados.

Destaca-se, portanto, o quanto pode causar prejuízos para uma pessoa que sofreu o abandono afetivo na primeira infância para o seu desenvolvimento sadio na sua vida adulta, trazendo-lhes muitas dificuldades no relacionamento com os seus familiares e posteriormente com o seu parceiro que irá escolher para se relacionar, muitas vezes sendo totalmente dependente emocionalmente desta pessoa.

Trazendo para esta pesquisa vários autores que trazem o abandono afetivo como uma causa de muitos problemas na vida adulta nos dias de hoje, observa-se a relevância para um bom tratamento tanto de adultos que já passaram por este abandono e vivem com grandes prejuízos ou até mesmo para casais que pensam em começarem uma família, pensando em uma gravidez, para terem um suporte melhor para assim adquirir uma gestação sadia e um nascimento ainda melhor, sem prejudicar a si mesmo e principalmente a criança em questão.

Reforçando-se a necessidade de um bom atendimento psicológico para pessoas totalmente prejudicadas por terem sofrido o abandono afetivo na infância, que agora vivem com o pesadelo do vínculo mal estabelecido quando foi preciso.

Observou-se que em todos os lugares é muito comum as pessoas sofrerem com o abandono afetivo, os estudos mostram que muitos problemas que são vivenciados em clínicas psicológicas, são decorridos de um mal desenvolvimento afetivo na infância, trazendo assim uma estrutura psicológica muito abalada para a vida adulta.

Sabe-se, que este estudo não tem o objetivo de esgotar seu conhecimento, mas de propor aos interessados pelo assunto uma possibilidade

de pensar efetivamente o papel e a participação da psicologia diante de situações de risco para pessoas que já sofreram o abandono afetivo, um assunto que nos dias de hoje é muito comum, então os psicólogos devem estar preparados para um bom atendimento para esse tipo de caso, para assim sanar todos os seus problemas. .

REFERÊNCIAS

%C3%A3o%20S%C3%ADlvia%20Moreira.pdf>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

NASCIMENTO, Cecilia Cassiano et al . **Apego e perda ambígua: apontamentos para uma discussão**. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza , v. 6, n. 2, p. 426-449, set. 2006 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482006000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 de novembro de 2016.

PICHON-RIVIÉRE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PONTES, Karine Diniz. **DE MENINA A MÃE: RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA DE VIDA MATERNA E VÍNCULO AFETIVO MÃE-FILHO**. Manaus, 2012. Disponível em < <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3943?locale=en> > . Acessado em 25 de novembro de 2016.

SCHACH, Vanderlei Alberto. **RODA DOS EXPOSTOS: DO ABANDONO SOCIAL HISTÓRICO À VULNERABILIDADE AFETIVA DE CRIANÇAS NA ATUALIDADE**. 2015. Disponível em <<http://revista.batistapioneira.edu.br/index.php/rbp/article/view/85>>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

SILVA, Maria Rosimere da Conceição; Neto, Zeno Germano de Souza. **PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DO VÍNCULO AFETIVO: O CUIDADOR NA RELAÇÃO COM A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO**. 2015. Disponível em <<file:///C:/Users/cliente/Downloads/Perspectiva%20Psicanalatica%20do%20Vnculo%20Afetivo2.pdf>>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

SILVA, Paula Almeida; ESTEVES, Maria Lapa; CASTRO, Florencio Vicente. **VINCULAÇÃO MÃE-BEBÊ**. 2013. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4644183>>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe. **AS FUNÇÕES PARENTAIS E OS VÍNCULOS FAMILIARES NA ATUALIDADE**. 2013. Disponível em <<http://www.fai.com.br/portal/ojs/index.php/omniasaude/article/view/391>>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

SIQUEIRA, Leia Aparecida; ANDRIATTE, Aparecida Malandrini. **UM ESTUDO OBSERVACIONAL SOBRE O VÍNCULO AFETIVO DE BEBÊS ABRIGADOS EM INSTITUIÇÕES**. 2001. Disponível em <http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/CCBS/Cursos/Psicologia/boletins/2/1_um_estudo_observacional_sobre_o_vinculo_afetivo_de_bebes.pdf>. Acessado em 25 de novembro de 2016.

ZENI, Talita Marchioro. **A CONTRUÇÃO DE LIMITES ATRÁÉS DOS VÍNCULOS AFETIVOS**. Ijuí/RS, 2012. Disponível em <
[http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1626/TC C.pdf?sequence=1](http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1626/TC_C.pdf?sequence=1)>. Acessado em 25 de novembro de 2016.